

CRESCE A OCUPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O Boletim Trabalho e Construção tem como objetivo divulgar análises e informações estatísticas a respeito da dinâmica e da estrutura do mercado de trabalho da Construção Civil. A principal fonte de dados utilizada é a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pelo convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e parceiros regionais no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. Neste primeiro número, o Boletim tratará do grau de incidência e das diferentes modalidades de inserção ocupacional no setor da Construção Civil. Este estudo também analisa, entre 1998 e 2008, o comportamento do rendimento médio mensal, da jornada média semanal, do tempo médio de permanência no posto de trabalho e da contribuição à previdência pública, segundo a forma de inserção ocupacional verificada no setor.

MAIS 198 MIL TRABALHADORES NO SETOR

O setor da Construção Civil é de fundamental importância para a economia nacional. Em 2007, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor respondia, diretamente por 6,7% do total de trabalhadores ocupados no país, o que - em números absolutos - significava cerca de 6,1 milhões de pessoas. Deve-se considerar, ainda, que a Construção Civil contribui de forma decisiva para a taxa de investimento, bem como para a geração do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

O desempenho da Construção Civil e, conseqüentemente, dos empregos gerados pelo setor, está intimamente relacionado ao dinamismo da atividade econômica. Nos anos 1990, período marcado por baixo crescimento econômico, elevadas taxas de juros, estagnação das taxas de investimento e reestruturação produtiva, o estoque de empre-

gos formais no setor diminuiu tanto em termos absolutos quanto relativos, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais – Rais, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A melhora do cenário econômico e a aceleração do crescimento, a partir da presente década, contribuirão decisivamente para a recuperação e o crescimento do emprego formal no setor nos últimos anos.

Entre 1998 e 2008, nas áreas metropolitanas investigadas pelo Sistema PED, foram incorporados 198 mil trabalhadores ao contingente de ocupados na Construção Civil. Este crescimento - da ordem de 26,0% - seguiu de perto o ritmo de geração de postos de trabalho na indústria de transformação e no comércio, ficando aquém apenas da recuperação ocupacional dos serviços (Tabela 1 e Gráfico 1). O desempenho positivo da construção assumiu diferentes magnitudes, nas regiões pesquisadas, sendo mais intensa no Distrito Federal (54,3%), onde o total de ocupados no setor passou de 33 mil para 51 mil trabalhadores, e mais moderada em Porto Alegre (14,6%).

TABELA 1
Estimativa do número de ocupados na Construção Civil
Total metropolitano – 1998 e 2008

(em 1.000 pessoas)

Setores	1998	2008	Variação 2008/1998	
			Absoluta	Em %
Total	12.953	17.150	4.197	32,4
Indústria	2.129	2.712	583	27,4
Comércio	2.177	2.804	627	28,8
Serviços	6.582	9.216	2.634	40,0
Construção Civil ⁽¹⁾	763	961	198	26,0
Outros ⁽²⁾	1.302	1.457	155	11,9

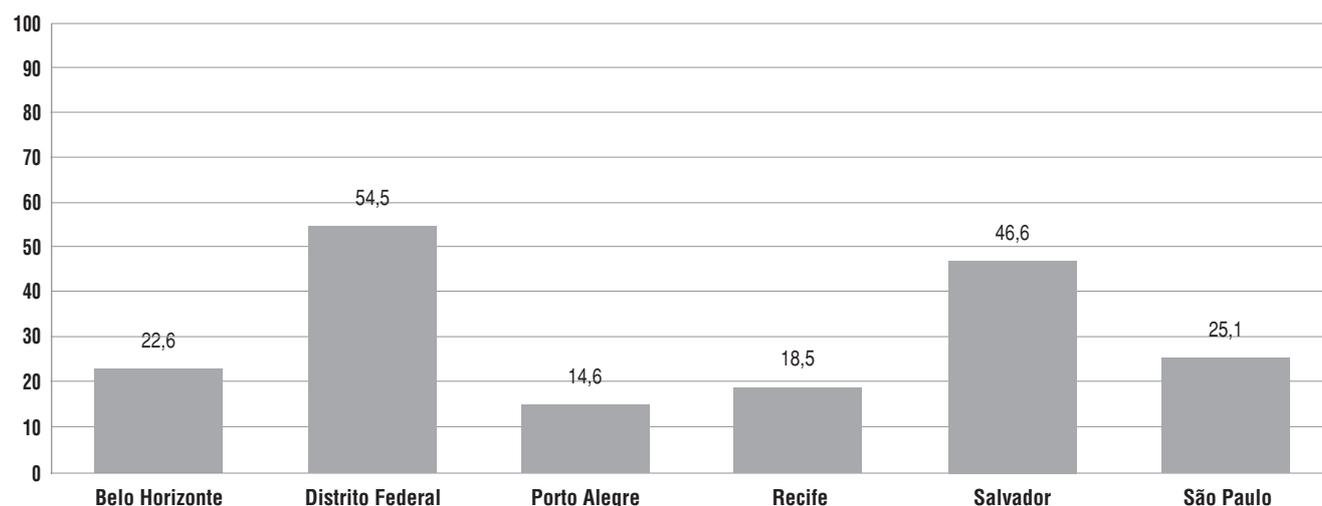
Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Notas: (1) Inclui obras de infraestrutura, novas edificações e reformas e reparação de edificações

(2) Inclui serviços domésticos e outros ramos de atividade

GRÁFICO 1
Variação do número de ocupados na Construção Civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998 e 2008

(em %)

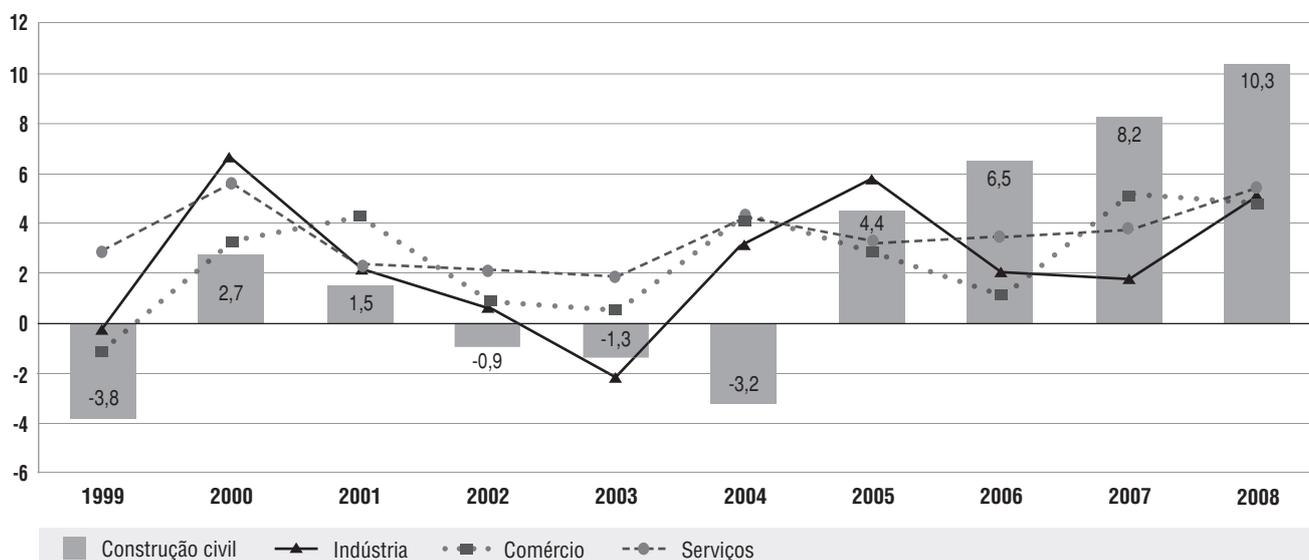


Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

No conjunto das regiões metropolitanas e Distrito Federal, o incremento no número de ocupados na Construção Civil foi alcançado de modo distinto do observado na recuperação ocupacional dos demais setores de atividade no período 1998 e 2008. De modo geral, as oscilações ocorridas até 2004 foram mais desfavoráveis à ocupação na construção, situação que se inverteu a partir de 2005, quando o contingente do setor passou a experimentar acréscimos contínuos e crescentes (Gráfico 2).

No período recente, tiveram início os investimentos públicos e privados, previstos para o quadriênio 2007-2010, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e os incentivos gerados pelo programa habitacional do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”. Com isso, a Construção Civil tende a ampliar e consolidar sua importância como grande empregador de mão de obra e setor-chave da economia brasileira, apesar do desaquecimento econômico esperado para 2009, em função da crise econômico-financeira mundial.

GRÁFICO 2
Variação anual do número de ocupados segundo setor de atividade
Total metropolitano – 1998 a 2008



Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

DIVERSIDADE MARCA A INSERÇÃO OCUPACIONAL

As ocupações geradas pela Construção Civil são bastante heterogêneas. Os trabalhadores do setor convivem com formas variadas de inserção ocupacional, que vão do trabalho assalariado com carteira assinada até o exercício da profissão de forma independente, passando pelo assalariamento sem carteira e pelo trabalho terceirizado.

O assalariamento foi predominante, em 2008, como forma de inserção ocupacional e, na maioria das regiões, absorveu mais da metade dos ocupados no setor. Destacaram-se, neste aspecto, as áreas metropolitanas de Recife, São Paulo, Salvador e Belo Horizonte, cujas proporções de empregados alcançaram, no último ano, respectivamente, 64,2%, 56,7%, 52,4% e 51,2%. Todavia, esta subordinação assalariada, com frequência, não é considerada padrão, ou seja, caracterizada pelo emprego direto e/ou contrato registrado em carteira de trabalho, mas assume formatos flexibilizados da norma consagrada pela *Consolidação das Leis do Trabalho*.

Com isto, expressiva parcela dos assalariados da Construção Civil é formada por contratados de modo irregular, sem carteira de trabalho assinada, e por trabalhadores que, embora se anunciem autônomos, contam com muito pouca liberdade, pois trabalham para um único contratante e muitas vezes não detêm a propriedade de seus meios de produção. Em 2008, na Construção Civil, a presença dos *assalariados não padrão* era maior justamente nas Regiões Metropolitanas de Recife (25,4%) e de São Paulo (23,2%) (Gráfico 3).

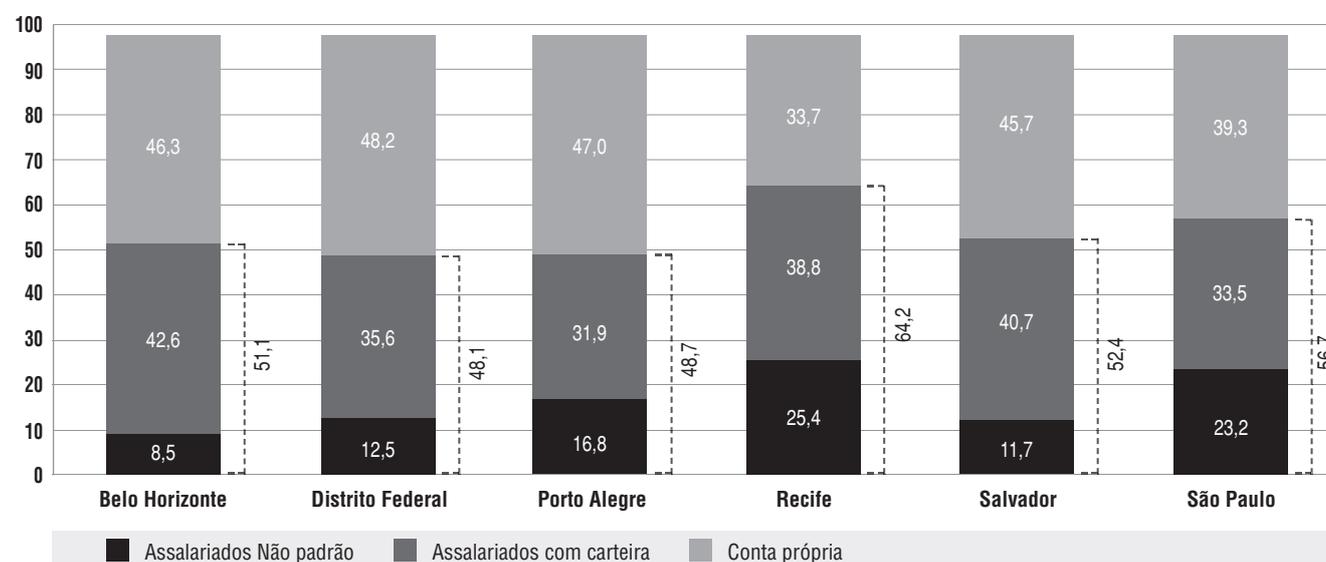
Nos últimos 10 anos, o assalariamento consolidou-se como forma de contratação predominante na Construção Civil na maior parte das regiões pesquisadas pela PED (mais especificamente em Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo). Em sentido contrário, no entanto, o Distrito Federal e Salvador contabilizaram uma diminuição da importância relativa dos postos de trabalho assalariados no total da ocupação do setor (Tabela 2).

O crescimento do assalariamento na Construção Civil, entre 1998 e 2008, reflete fundamentalmente o processo de formalização das relações

GRÁFICO 3

Distribuição dos ocupados na Construção Civil segundo as principais formas de inserção
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008

(em %)



Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

TABELA 2

Estimativa dos ocupados na Construção Civil, segundo principais formas de inserção
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998 e 2008

(em 1.000 pessoas)

Formas de inserção	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre			Recife			Salvador			São Paulo		
	1998	2008	08/98 (%)	1998	2008	08/98 (%)	1998	2008	08/98 (%)	1998	2008	08/98 (%)	1998	2008	08/98 (%)	1998	2008	08/98 (%)
Total de Ocupados na Construção Civil	137	168	22,6	33	51	54,5	82	94	14,6	54	64	18,5	58	85	46,6	399	499	25,1
Contratados	69	86	25,6	17	24	41,2	37	46	22,2	35	41	19,1	34	45	32,9	205	283	37,7
À margem da modalidade padrão(1)	19	14	-25,5	6	6	0,0	11	16	40,6	14	16	13,6	14	10	-26,4	94	116	23,5
Na modalidade padrão(2)	49	72	45,1	11	18	63,6	26	30	14,3	20	25	23,0	20	35	73,4	112	167	49,6
Conta Própria(3)	63	78	22,6	15	24	60,0	41	44	6,9	17	22	28,4	23	39	70,0	173	196	13,2

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Obs: O setor da Construção Civil inclui o ramo de atividade reformas e reparações de edificações

Notas: (1) Inclui os empregados sem carteira assinada do setor privado, os empregados sem carteira assinada do setor público, os assalariados contratados em serviços terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa

(2) Inclui os empregados com carteira assinada do setor privado, os empregados com carteira assinada do setor público, os estatutários do setor público

(3) Inclui os autônomos que trabalham para mais de uma empresa, os autônomos que trabalham para o público e os donos de negócio familiar

de trabalho vivenciado, no plano mais geral, pela economia brasileira, a partir de 2004. Percebe-se, no conjunto de regiões pesquisadas, neste mesmo intervalo de tempo, um movimento de ampliação do emprego com carteira assinada, ao mesmo tempo em que se verificava um decréscimo da importância relativa (e, no caso de Belo Horizonte e Salvador, também uma redução absoluta) do assala-

riamento à margem da modalidade padrão. A única exceção ficou por conta da região metropolitana de Porto Alegre.

Em todas as regiões pesquisadas, o trabalho exercido de forma independente na Construção Civil responde por uma parcela expressiva do total de ocupados no setor. Em 2008, 48,2% ou 24 mil pessoas trabalhavam por conta própria na Cons-

trução Civil do Distrito Federal. Em Porto Alegre, eram 47,0% ou 44 mil pessoas; em Belo Horizonte, correspondiam a 46,3% ou 78 mil pessoas; em Salvador, este percentual ficava em 45,7% ou 39 mil pessoas; em São Paulo, eram 39,3% ou 196 mil pessoas; e, por fim, em Recife, situavam-se em 33,7% ou 22 mil pessoas.

Em relação a 1998, o número de trabalhadores por conta própria na Construção Civil variou de forma diferenciada entre as regiões pesquisadas pela PED. No Distrito Federal, em Recife e em Salvador, houve aumento da participação relativa destes trabalhadores no total de ocupados no setor. Por outro lado, Porto Alegre e São Paulo realizaram um caminho inverso, com a diminuição do peso relativo do trabalho autônomo. Belo Horizonte, por seu turno, manteve inalterada a participação relativa dos trabalhadores por conta própria no contingente total de ocupados da Construção Civil.

BAIXO RENDIMENTO, ELEVADA ROTATIVIDADE E JORNADA PADRÃO

As jornadas de trabalho praticadas na Construção Civil se referenciam, de maneira geral, no patamar legal das 44 horas semanais. Esta situação é fortemente influenciada pelo fato de as ativida-

des de construção requererem boas condições climáticas e luminosidade solar, e também se deve ao elevado esforço físico exigido dos trabalhadores a cada dia. Este quadro dificulta estender as jornadas e inibe as horas extras. Admite, no entanto, razoável variabilidade tanto regional quanto por tipo de inserção ocupacional.

Em 2008, o número efetivo de horas semanais trabalhadas na Construção Civil foi menor na Região Metropolitana de Belo Horizonte (42 horas) e maior na de Recife (45 horas). Examinadas segundo a forma de inserção, essas diferenças são potencializadas por serem maiores as jornadas dos contratados padrão (com carteira assinada) e menos extensas a daqueles empregados de forma não padrão. Com isto, no último ano, foram observadas duas situações extremas – a dos contratados de forma não padrão de Belo Horizonte, que em geral exerceram 40 horas semanais, e os contratados de modo padrão em Recife, cujas jornadas ficaram em 47 horas.

A jornada de trabalho média do setor, entre 1998 e 2008, assinalou, ainda, um pequeno recuo em todas as regiões pesquisadas pela PED, exceto em São Paulo, que manteve a sua jornada média semanal inalterada em 44 horas semanais (Tabela 3).

TABELA 3

Jornada média semanal dos ocupados na Construção Civil, segundo as principais forma de inserção ocupacional - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998 e 2008
(em horas)

Formas de inserção	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre		Recife		Salvador		São Paulo	
	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008
Total de Ocupados na Construção Civil	43	42	45	44	44	43	46	45	45	44	44	44
Contratados	43	42	45	44	45	44	46	46	45	44	44	44
À margem da modalidade padrão ⁽¹⁾	42	40	45	45	44	43	45	45	43	43	43	43
Na modalidade padrão ⁽²⁾	44	43	45	43	46	45	47	47	47	45	44	44
Conta Própria ⁽³⁾	43	41	44	44	43	41	45	44	43	43	44	43

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Obs.: O setor da Construção Civil inclui o ramo de atividade reformas e reparações de edificações.

Notas: (1) Inclui os empregados sem carteira assinada do setor privado, os empregados sem carteira assinada do setor público, os assalariados contratados em serviços terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa.

(2) Inclui os empregados com carteira assinada do setor privado, os empregados com carteira assinada do setor público, os estatutários do setor público

(3) Inclui os autônomos que trabalham para mais de uma empresa, os autônomos que trabalham para o público e os donos de negócio familiar

De forma geral, entre 1998 e 2008, a expansão da ocupação na Construção Civil não veio acompanhada de um incremento dos rendimentos médios do trabalho. À exceção de Belo Horizonte, onde o crescimento foi de 7,6%, as demais regiões pesquisadas assinalaram um decréscimo do rendimento médio do trabalho, que variou de 4,9%, em Salvador a 21,4%, em São Paulo. Dessa forma, em 2008, o rendimento médio auferido pelos trabalhadores da Construção Civil foi de R\$ 1.112 em São Paulo, R\$ 1.073 no Distrito Federal, R\$ 964 em Belo Horizonte, R\$ 937 em Porto Alegre, R\$ 839 em Salvador e R\$ 608 em Recife (Gráfico 4).

Os rendimentos recebidos pelos trabalhadores do setor variam conforme a sua inserção ocupacional. Como regra, constata-se que os assalariados com carteira assinada têm remunerações superiores a dos demais trabalhadores.

A análise dos rendimentos reais recebidos por hora trabalhada reforça as principais conclusões, pois elimina os efeitos, sobre os rendimentos, da comparação entre trabalhadores que possuem jornadas de trabalho distintas. Os dados

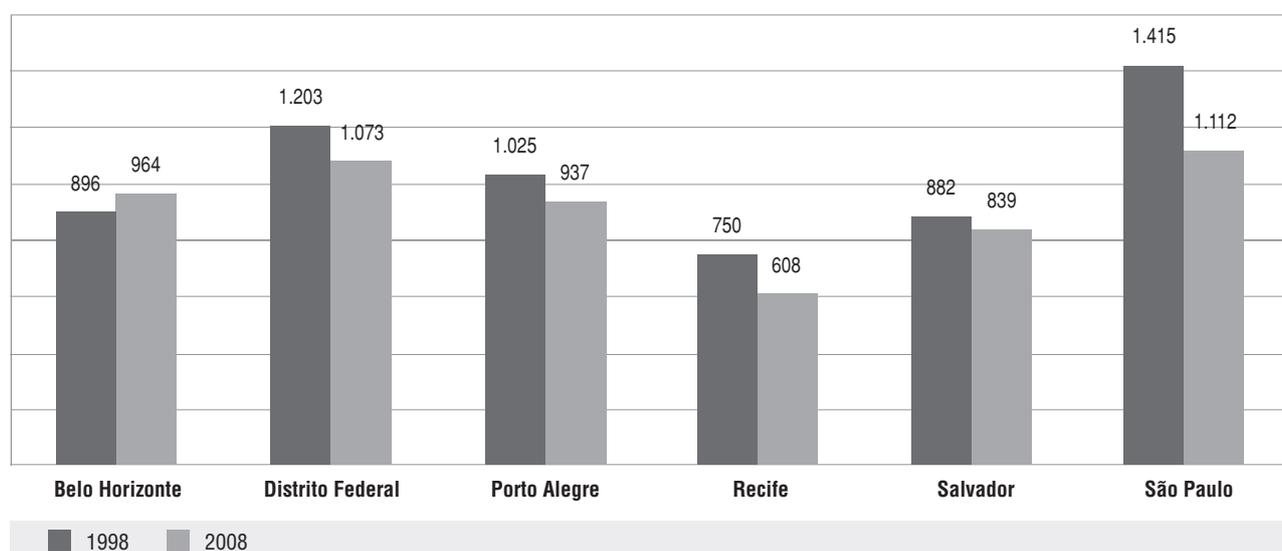
permitem constatar, de um lado, o decréscimo do rendimento médio entre 1998 e 2008 (à exceção, mais uma vez, de Belo Horizonte) e, de outro, a discrepância existente em termos de rendimentos entre as diferentes formas de inserção ocupacional (Tabela 4).

A alta rotatividade da mão de obra é uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, alguns setores da atividade econômica, como o Comércio, alguns ramos dos Serviços e a Construção Civil, se notabilizam por apresentar essa característica de forma mais acentuada.

Os dados da PED indicam, porém, que, no que diz respeito à Construção Civil, houve uma melhora expressiva no tempo de permanência dos ocupados no emprego. Entre 1998 e 2008, o tempo médio de permanência no emprego dos ocupados na Construção Civil do Distrito Federal passou de 41 para 65 meses, em Belo Horizonte de 53 para 72 meses, em Salvador de 37 para 48 meses, em São Paulo de 32 para 42 meses, em Porto Alegre de 39 para 45 meses, e, finalmente, em Recife de 24 para 27 meses (Tabela 5).

GRÁFICO 4
Rendimento médio dos ocupados na Construção Civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998 e 2008

(em R\$ de março de 2009)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Apesar do acréscimo no tempo médio de permanência no emprego ter ocorrido de forma praticamente generalizada, é importante destacar que em todas as regiões pesquisadas, à ex-

ceção de Recife, a rotatividade da mão de obra é maior entre os trabalhadores contratados do que entre os trabalhadores por conta própria (Tabela 5).

TABELA 4
Estimativa dos rendimentos mensais e por hora e da jornada na Construção Civil, segundo principais formas de inserção
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998 e 2008

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Contratados Padrão - com carteira assinada								
	Rendimento Mensal			Jornada			Rendimento Hora		
	1998	2008	(%)	1998	2008	(%)	1998	2008	(%)
Belo Horizonte	928	1.074	15,7	44	43	-2,3	4,93	5,84	18,5
Distrito Federal	1.218	1.030	-15,4	45	43	-4,4	6,32	5,60	-11,4
Porto Alegre	1.107	989	-10,7	46	45	-2,2	5,62	5,13	-8,7
Recife	896	(1)	(1)	47	47	0,0	4,45	(1)	(1)
Salvador	1.208	1.100	-8,9	47	45	-4,3	6,01	5,71	-5,0
São Paulo	1.599	1.313	-17,9	44	44	0,0	8,49	6,97	-17,9

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Conta própria								
	Rendimento Mensal			Jornada			Rendimento Hora		
	1998	2008	(%)	1998	2008	(%)	1998	2008	(%)
Belo Horizonte	753	720	-4,4	43	41	-4,7	4,09	4,10	0,2
Distrito Federal	937	845	-9,8	44	44	0,0	4,98	4,49	-9,8
Porto Alegre	918	812	-11,5	43	41	-4,7	4,99	4,63	-7,2
Recife	568	(1)	(1)	45	44	-2,2	2,95	(1)	(1)
Salvador	525	568	8,2	43	43	0,0	2,85	3,09	8,4
São Paulo	1.185	869	-26,7	44	43	-2,3	6,29	4,72	-25,0

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE
 Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

TABELA 5
Tempo médio de permanência dos ocupados na Construção Civil, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998 e 2008 (em meses)

Formas de inserção	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre		Recife		Salvador		São Paulo	
	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008
Total de Ocupados na Construção Civil	53	72	41	65	39	45	24	27	37	48	32	42
Contratados	36	37	27	36	34	34	26	28	28	31	28	29
À margem da modalidade padrão ⁽¹⁾	21	24	12	27	21	22	10	11	9	18	13	15
Na modalidade padrão ⁽²⁾	42	40	34	39	40	40	38	40	41	34	41	38
Conta Própria ⁽³⁾	65	105	49	86	37	49	13	22	44	64	28	51

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE

Obs.: O setor da Construção Civil inclui o ramo de atividade reformas e reparações de edificações

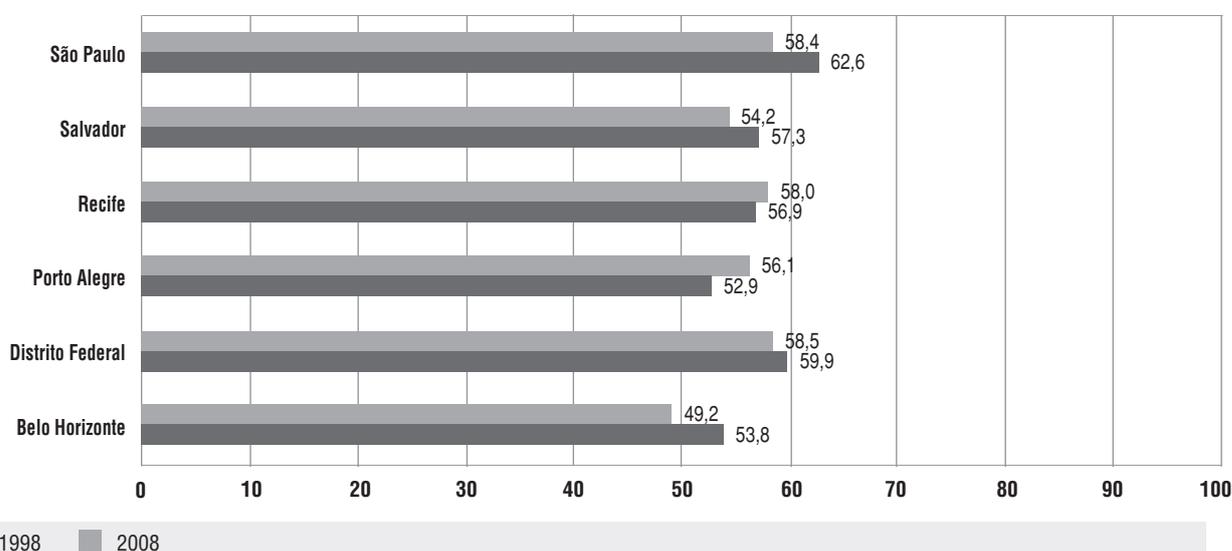
Notas: (1) Inclui os empregados sem carteira assinada do setor privado, os empregados sem carteira assinada do setor público, os assalariados contratados em serviços terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa

(2) Inclui os empregados com carteira assinada do setor privado, os empregados com carteira assinada do setor público, os estatutários do setor público

(3) Inclui os autônomos que trabalham para mais de uma empresa, os autônomos que trabalham para o público e os donos de negócio familiar

GRÁFICO 5**Proporção de ocupados na Construção Civil que não contribuem para previdência pública**
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998-2008

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

PARCELA EXPRESSIVA DOS OCUPADOS NÃO TEM PROTEÇÃO SOCIAL

A análise da contribuição à Previdência Pública demonstra que uma parcela grande dos trabalhadores do setor da Construção Civil está socialmente desprotegida, não obstante a pequena melhora verificada, entre 1998 e 2008, na maioria das regiões pesquisadas (Gráfico 5).

Em 2008, do total dos ocupados na Construção Civil, 58,5% não contribuíam para a Previdência Pública no Distrito Federal. Em São Paulo, esse percentual era de 58,4%; em Recife, de 58,0%; em Porto Alegre, de 56,1%; em Salvador, de 54,2% e em Belo Horizonte, de 49,2% (Gráfico 5).

A parcela de não contribuintes à Previdência Pública alcança percentuais ainda mais expressivos no universo de trabalhadores contratados à margem da modalidade padrão e dos trabalhadores por conta própria. No ano de 2008, entre os trabalhadores por conta própria, o percentual de não contribuintes à Previdência Pública variava de 85,1% em Porto Alegre a 95,7% em Recife. Já

entre os contratados à margem da modalidade padrão, esses percentuais variavam de 87,0% em Belo Horizonte a 94,6% em Recife (Tabela 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho da Construção Civil, nas regiões pesquisadas pela PED, é caracterizado pela presença de diversas formas de inserção ocupacional. As principais são: trabalhadores contratados na modalidade padrão, contratados à margem desta modalidade e os que exercem suas atividades profissionais de forma independente.

Entre 1998 e 2008, houve um processo, praticamente generalizado, de expansão da contratação na modalidade padrão, ao mesmo tempo em que a contratação à margem desta modalidade perdeu importância relativa. A única exceção ficou por conta de Porto Alegre. Já o trabalho por conta própria na Construção Civil apresentou, no mesmo intervalo de tempo, uma evolução bastante diferenciada entre as regiões pesquisadas pela PED.

Outra constatação importante, digna de nota, foi a diminuição dos rendimentos médios reais dos

TABELA 6
Proporção dos ocupados na Construção Civil, no trabalho principal, que não contribuem à previdência pública, segundo forma de inserção ocupacional - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1988 e 2008 (em %)

Formas de inserção	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre		Recife		Salvador		São Paulo	
	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008
Total de Ocupados na Construção Civil	53,8	49,2	59,9	58,5	52,9	56,1	56,9	58,0	57,3	54,2	62,6	58,4
Contratados	25,3	14,5	32,1	23,9	24,0	30,5	39,0	37,4	33,2	19,7	41,7	37,3
À margem da modalidade padrão ⁽¹⁾	90,1	87,0	93,2	92,4	80,1	88,3	94,1	94,6	82,1	88,6	91,3	91,4
Na modalidade padrão ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta Própria ⁽³⁾	87,2	88,5	95,4	94,7	81,5	85,1	93,7	95,7	93,6	93,7	89,0	87,9

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: O setor da Construção Civil inclui o ramo de atividade reformas e reparações de edificações

Notas: (1) Inclui os empregados sem carteira assinada do setor privado, os empregados sem carteira assinada do setor público, os assalariados contratados em serviços terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa

(2) Inclui os empregados com carteira assinada do setor privado, os empregados com carteira assinada do setor público, os estatutários do setor público

(3) Inclui os autônomos que trabalham para mais de uma empresa, os autônomos que trabalham para o público e os donos de negócio familiar

trabalhadores do setor entre 1998 e 2008. Desta vez, apenas Belo Horizonte assinalou um comportamento distinto. Além disso, em todas as regiões pesquisadas, os trabalhadores contratados na modalidade padrão possuem, em termos médios, rendimentos superiores aos verificados nas demais formas de inserção ocupacional.

Em termos de jornada de trabalho, observou-se uma pequena redução da jornada média semanal dos trabalhadores da Construção Civil, entre 1998 e 2008, nas regiões pesquisadas, com exceção de São Paulo, onde houve estabilidade. A jornada de trabalho não varia significativamente entre as formas de inserção ocupacional.

Entre 1998 e 2008, a rotatividade no setor da Construção Civil parece ter diminuído. Nesse sentido, em todas as regiões pesquisadas pela PED, o tempo médio de permanência dos ocupados aumentou no período em análise. Acrescente-se ainda que os trabalhadores contratados na modalidade padrão convivem com níveis de rotatividade superiores aos verificados entre os trabalhadores por conta própria.

Finalmente, as informações apresentadas indicaram que o setor da Construção Civil ainda é

marcado pelo baixo acesso dos seus trabalhadores à Previdência Pública, não obstante a pequena melhora verificada entre 1998 e 2008.

Não é improvável que o setor da Construção Civil siga crescendo nos próximos anos. De um lado, o montante de investimento público e privado aponta nessa direção. De outro, as modalidades de crédito e financiamento do setor devem apresentar forte expansão nos próximos anos em função da queda dos juros e da maior alocação de recursos públicos e privados (bancos, fundos de pensão, mercado de capitais). Complementarmente, o déficit habitacional e a necessidade de infraestrutura indicam que a demanda estará em forte expansão nos próximos anos.

Nesse cenário, é fundamental que as políticas públicas e as relações de trabalho acompanhem esse ciclo de expansão de modo a ampliar a proteção social e a elevar os rendimentos e a qualificação desse importante segmento da população ocupada. E, considerando o destacado papel do investimento e do financiamento público no setor, aumenta a responsabilidade dos governos em assegurar que seu desenvolvimento seja acompanhado da melhoria das condições e das relações de trabalho.